



ECONOMIA



RUBENS FROTTA

ECONOMIA

A prioridade de R\$ 25 milhões

O governo Bolsonaro prevê um gasto de R\$ 25 milhões para dar início à operação da NAV Brasil, estatal criada para controlar o espaço aéreo do País. O valor não estava previsto na versão inicial do orçamento de 2021, enviado pela equipe econômica em agosto do ano passado, mas foi incluído pelo Congresso após articulação do Governo. A NAV Brasil foi uma derrota para o ministro Paulo Guedes (Economia), que é de perfil liberal e defende privatizações e menos gasto público. A companhia, contudo, era um pedido da ala militar do governo.

Em dezembro do ano passado, Bolsonaro assinou um decreto que cria a NAV Brasil, a primeira estatal de seu governo. Mas a empresa ainda precisa receber os recursos para a capitalizar e começar a funcionar, quando passará a ter receita de tarifas de navegação aérea. A NAV Brasil será resultado de uma cisão da Infraero, responsável pela administração de aeroportos públicos, e estará vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica. Hoje, os militares dividem com funcionários da Infraero a atividade de navegação. A ideia de Bolsonaro é concentrar a navegação aérea na NAV Brasil, que herdará empregados da Infraero que já atuam na área de controle de tráfego aéreo. Seja direita ou esquerda, a dinheirama corre solta.

Qual necessidade?

Os R\$ 25 milhões para capitalizar a estatal de Bolsonaro é quase que o orçamento previsto (de R\$ 28 milhões) para o plano de regularização de imóveis em bairros carentes, um dos braços do novo programa habitacional do governo, chamado de Casa Verde e Amarela – o novo Minha Casa Minha Vida. Apesar da linha desestabilizante de Guedes, o governo, com o início da operação da NAV Brasil, passará a ter 47 empresas controladas diretamente pela União, uma a mais que número registrado no início da gestão Bolsonaro.

Alerta de Golpe

Criminosos que se passam por membros do Ministério Público de diversos estados estão intimando cidadãos para comparecimento em audiências - por meio de e-mail, ligações telefônicas, apps de mensagens ou apresentando informações falsas, com indicação de MP, por vezes, e e-mails com a logomarca. As mensagens vêmacompanhada de link que instala software malicioso para captura de dados. Diante disso, o MPCE alerta que não faz intimações por e-mail, nem busca apoio financeiro para realização de seus serviços.

Desligamentos por morte saltam 17%

O número de desligamentos profissionais por morte no Brasil cresceu em 71,6%, passando de 13,2 mil para 22,6 mil contratos, entre o 1º trimestre de 2020 e 2021, segundo levantamento do Dieese. Embora os dados não permitam identificar a causa dos óbitos, o aumento indica a dimensão do impacto da pandemia do covid-19 no País no mercado de trabalho formal. As atividades ligadas à atenção de saúde, linha de frente da pandemia, viram um aumento ainda maior, de 75,9%, indo de 496 desligamentos para 876.

Enel multada

A Agência Reguladora do Ceará (Arce) aplicou multa à Enel Ceará no valor de pouco mais de R\$ 22 milhões, menor penalidade já aplicada pela agência cearense. A decisão é fruto da fiscalização realizada na distribuidora, em janeiro de 2020, para verificar o cumprimento dos limites regulatórios dos indicadores, após a finalização dos planos de melhorias referentes aos temas "Duração das Interrupções" e "Quantidade das Interrupções", na qual foram constatadas não conformidades de indicadores de continuidade.

Formalização cai

Pela primeira vez em cinco anos, as formalizações de MEIs no 1º trimestre, caíram 3% sobre igual período de 2020 - quando houve alta de 13% em relação a 2019, segundo o Sebrae. Dentre as atividades com maior número de formalizações, apenas 9 cresceram. Segmentos como de cabeleireiro, manicure e pedicure, além das atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente, que incluem os motoristas de aplicativos, tiveram forte redução. Ambas tiveram queda de aproximadamente 33%.

Radar: Câmara analisa auxílio de R\$ 500

Está tramitando em caráter conclusivo o Projeto de Lei 527/21, que pretende criar um novo auxílio no valor de R\$ 500 com duração até 31 de dezembro de 2021. O texto supõe ainda outras medidas para financiar o novo benefício, como a cobrança do IR sobre dividendos empresariais; metade dos lucros do Banco Central nas operações cambiais; arrecadação obtida com contribuições sociais (PIS e Cofins) sobre itens de luxo - como bacalhau, picanha, e caviar; e 10% das renúncias fiscais atuais do Governo.

Mais informações de Rubens Frotta:
e-mail: frotarubens@gmail.com

Regras de viagem durante o segundo ano de pandemia

Veja o que está valendo para atrasos, cancelamentos e desistências de voos e pacotes. Programe suas férias com segurança e conheça seus direitos



Passagens e pacotes turísticos na pandemia é mais difícil receber reembolso, mas remarcar é de graça

Viajar está na lista de desejos de boa parte da população depois desse período de isolamento por conta do coronavírus. A pandemia frustrou o planejamento de muitas viagens de férias e trabalho. Os cancelamentos de voos e a dificuldade de se programar diante de fechamento de fronteiras e cidades resultaram em mudanças nas regras referentes a previsão de reembolso, remarcação ou período de concessão de crédito de passagens aéreas, pacotes turísticos e até de eventos.

A lei editada no ano passado que garantiu reembolso de passagens aéreas em até 12 meses da data de cancelamento teve prazo estendido por medida provisória este ano. A que desobrigou a restituição em dinheiro de pacotes turísticos e eventos, garantiu o direito à remarcação ou ao uso do crédito até o fim de 2022.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, está elaborando uma cartilha sobre o tema. Em abril, o órgão também abriu investigações para apurar a conduta da Gol, Azul e Latam relacionadas à remarcação de passagens e restituição de valores relativos a voos cancelados. Todas as companhias afirmam cumprir as regras vigentes.

A pandemia levou a mudanças de algumas regras referentes às passagens aéreas e viagens.

Cancelamento

As regras para cancelamento de voos, reembolso e

remarcação de passagens foram modificadas. O que está em vigor é a Lei 14.034/2020, que teve a sua abrangência ampliada pela Medida Provisória 1.024 para até outubro deste ano. Pelas regras para passagens compradas entre 19 de março de 2020 e 31 de outubro de 2021, caso a empresa aérea cancele o voo, o reembolso integral ao consumidor pode ser feito em até 12 meses. Caso o consumidor desista de viajar, o prazo de reembolso é o mesmo, sendo que, neste caso, estará sujeito a multa prevista no contrato.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), caso o consumidor considere que a multa é abusiva deve denunciá-la ao seu conselho tutelar de defesa do consumidor e até recorrer à justiça. Outra problemática é que as empresas cancelam voos e oferecem alternativas nada cômadas para

o consumidor. Se o voo não for semelhante ao escolhido quanto às escalas, tempo e conexão, o consumidor não é obrigado a aceitar.

Se o cancelamento ou atraso acontecer por fechamento de fronteiras ou aeroportos para voos brasileiros até 31 de outubro de 2021, as companhias aéreas ficam desobrigadas de prestar assistência.

A partir de duas horas, a empresa deve fornecer alimentação (voucher, refeição, lanche). Se chegar a quatro horas, serviço de hospedagem, e se houver necessidade de pernoite, transporte de ida e volta ao local da hospedagem. A reacomodação em voos de terceiros, quando não há disponibilidade na própria empresa, também continua valendo.

Remarcação ou crédito

Quando o voo é cancelado pela empresa ou há desistên-

cia do consumidor são oferecidas as possibilidades de reacomodação em outro voo ou crédito para ser usado em até 18 meses, sem custo para o passageiro, observando os períodos de sazonalidade, como baixa e alta temporadas.

Pacotes

Para pacotes turísticos e eventos, a Medida Provisória da Lei garante que até 31 de dezembro deste ano, em caso de cancelamento, os fornecedores ficam desobrigados de reembolsar em dinheiro o consumo de pacotes de viagens, comprados ingresso para eventos, shows, peças e passeios desde que ofereçam crédito ou possibilidade de remarcação até 31 de dezembro de 2022.

Outra recomendação importante é verificar se o pacote tem seguro de viagem. Alguns cartões de crédito também oferecem coberturas.

A CM DE PAULA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS - ME

CNPJ: 11.757.747/0001-05

Torne público que requerer da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC, referente à "Licensa para coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados, para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

A CM DE PAULA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS - ME

CNPJ: 11.757.747/0001-05

Torne público que requerer da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC, referente "Licença para coleta e transporte de classe I - Nbo Peceli no todo Estado do Ceará localizado na Avenida Coronel Dracor Neto nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

BRUNO BENTCOURT DE ANDRADE SOUZA

CPF: 836.795.000-5

Torne público que requerer a Autorização Ambiental Municipal de Meio Ambiente do Município Conselho Popular de Meio Ambiente (CPMA) referente à "licitação para construção de estrutura de captação e tratamento de águas residuais para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Itapipoca

CNPJ: 04.006.756/0001-05

Torne público que requerer a Autorização Ambiental Municipal de Meio Ambiente do Município Conselho Popular de Meio Ambiente (CPMA) referente à "licitação para construção de estrutura de captação e tratamento de águas residuais para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Penteado

CNPJ: 04.221.030/0001-05

Torne público que requerer a Autorização Ambiental Municipal de Meio Ambiente do Município Conselho Popular de Meio Ambiente (CPMA) referente à "licitação para construção de estrutura de captação e tratamento de águas residuais para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Brejo Santo

Secretarias Diversas - Atos de Revogação - Processo Administrativo de Licitação: Tomada de Preços Nº. TP-04.221-030-2021-DVERBAS.

Objeto: constatação de empresas especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Brejo Santo

Secretarias Diversas - Atos de Revogação - Processo Administrativo de Licitação: Tomada de Preços Nº. TP-04.221-030-2021-DVERBAS.

Objeto: constatação de empresas especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Brejo Santo - Secretaria Diversas - Resultado do Processo de Habilitação

Licitação: Tomada de Preços Nº. TP-04.221-030-2021-DVERBAS.

Objeto: constatação de empresas especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Brejo Santo - Secretaria Diversas - Resultado do Processo de Habilitação

Licitação: Tomada de Preços Nº. TP-04.221-030-2021-DVERBAS.

Objeto: constatação de empresas especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Brejo Santo - Secretaria Diversas - Resultado do Processo de Habilitação

Licitação: Tomada de Preços Nº. TP-04.221-030-2021-DVERBAS.

Objeto: constatação de empresas especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Brejo Santo - Secretaria Diversas - Resultado do Processo de Habilitação

Licitação: Tomada de Preços Nº. TP-04.221-030-2021-DVERBAS.

Objeto: constatação de empresas especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Brejo Santo - Secretaria Diversas - Resultado do Processo de Habilitação

Licitação: Tomada de Preços Nº. TP-04.221-030-2021-DVERBAS.

Objeto: constatação de empresas especializada na prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e industrializados para uso próprio, no bairro Centro, nº 01, apto 102 - Peceli - Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento do SEMACE.